



**INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC**

Abril 2026

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520





INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

Abril 2026

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520



APRESENTAÇÃO

A International Integralize Scientific configura-se como um periódico científico mensal dedicado à difusão rigorosa e qualificada do conhecimento acadêmico. Com publicações predominantemente em língua portuguesa e contribuições consistentes em inglês e espanhol, a revista consolida-se como um espaço editorial multicultural, orientado ao diálogo científico internacional e ao fortalecimento da produção intelectual brasileira no cenário global.

Alinhada a elevados critérios de avaliação acadêmica, a revista privilegia a publicação de artigos inéditos de discentes e docentes provenientes de distintas áreas do saber, reconhecendo a ciência como campo plural e interdisciplinar. Cada manuscrito submetido passa por criteriosa análise técnico-científica em regime de avaliação por pares, assegurando integridade metodológica, consistência teórica e relevância social dos resultados apresentados. Dessa forma, a International Integralize Scientific reafirma seu compromisso institucional com a circulação responsável do conhecimento e com o fortalecimento da cultura de pesquisa.

Sua missão institucional consiste em promover a publicação e a disseminação de pesquisas inovadoras que contribuam efetivamente para o avanço científico e tecnológico, estimulando a reflexão crítica e o desenvolvimento de novas abordagens investigativas. A revista persegue a visão de consolidar-se como referência de credibilidade e excelência acadêmica no contexto internacional, valorizando a produção científica que se ancora em evidências sólidas, metodologias reconhecidas e padrões éticos elevados.

A governança editorial do periódico opera em plataforma Open Journal Systems (OJS), garantindo transparência processual, rastreabilidade, interoperabilidade com bases internacionais e aderência às melhores práticas em editoração científica. A revista possui registro ISSN nas versões impressa e digital e atribui Digital Object Identifier (DOI) a todas as publicações, mediante associação ativa à Crossref, assegurando autenticidade, persistência e ampla citabilidade internacional. Sua atuação editorial mantém alinhamento às boas práticas recomendadas por organizações científicas de referência e aos princípios éticos, técnicos e normativos que orientam a gestão de periódicos acadêmicos qualificados, incluindo diretrizes consolidadas no âmbito da normalização internacional.



Os valores que regem sua atuação editorial fundamentam-se no rigor científico, na ética acadêmica e na promoção de um ecossistema plural de saberes. A diversidade disciplinar, a integridade intelectual, a inovação, o impacto social da ciência e a construção de redes colaborativas entre pesquisadores de diferentes nacionalidades constituem pilares estruturantes do periódico. Ao incentivar a interlocução entre centros de pesquisa, universidades e comunidades científicas, a International Integralize Scientific contribui para o desenvolvimento de uma ciência aberta ao diálogo, orientada à melhoria contínua e sensível às demandas contemporâneas.

Sua periodicidade regular, o compromisso com padrões editoriais elevados e a interlocução permanente com autores e avaliadores qualificados reforçam a credibilidade da revista como veículo legítimo de disseminação científica. Trata-se, assim, de um espaço editorial que acolhe a investigação acadêmica com seriedade, estimulando trajetórias de produção intelectual consistente, ética e socialmente relevante.

Ao posicionar-se como ponte entre diferentes culturas, idiomas e tradições científicas, a International Integralize Scientific reafirma o papel estratégico dos periódicos acadêmicos no fortalecimento da ciência global e na promoção de um conhecimento capaz de transformar realidades, ampliar horizontes e projetar pesquisadores brasileiros e internacionais em um ambiente científico de excelência.



Expediente Editorial

A Revista International Integralize Scientific é um periódico científico mensal dedicado à promoção e disseminação de conhecimento acadêmico de alta qualidade, orientado por rigor metodológico e compromisso ético. Seu propósito central consiste em oferecer um espaço de visibilidade qualificada para pesquisas inéditas, contribuindo para o fortalecimento do debate científico e para o desenvolvimento contínuo das diversas áreas do saber. Ao assegurar processos criteriosos de avaliação e seleção editorial, o periódico reafirma sua vocação institucional de fomentar o pensamento crítico, incentivar o intercâmbio intelectual e apoiar a formação de novas gerações de pesquisadores.

Diretor Geral

Dr. Luan Trindade

Responsável pela direção estratégica do periódico, conduz a governança institucional da revista, assegurando o alinhamento entre política editorial, expansão científica e fortalecimento das relações acadêmicas nacionais e internacionais.

Diretora Administrativa

Profa. PhD Vanessa Sales

Docente e pesquisadora, com trajetória consolidada na área acadêmica, coordena os processos organizacionais e de gestão editorial, contribuindo diretamente para a qualidade científica, ética e institucional das publicações.

Editor de Design Gráfico e Diagramação

Balbino Júnior

Profissional responsável pela curadoria visual, normatização gráfica e composição editorial, assegurando harmonia estética, legibilidade acadêmica e conformidade técnica das edições.

Características do Periódico

Periodicidade:

Mensal

Idiomas de Publicação:

Português, Inglês e Espanhol

Plataforma Editorial:

Open Journal Systems (OJS)

Registro Internacional:

SSN 3085-654X

Identificação Digital:

DOI registrado e associado à Crossref

Contato Editorial

Para esclarecimentos, submissões, parcerias institucionais ou orientações relacionadas ao processo editorial, a equipe técnica encontra-se à disposição através do e-mail:

publicacao@iiscientific.com

Endereço Institucional

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
Rodovia SC-401, Bairro Saco Grande
CEP 88032-005

A International Integralize Scientific mantém atuação editorial orientada pelas boas práticas científicas internacionais, alinhada aos princípios de integridade acadêmica, transparência editorial e responsabilidade social do conhecimento. Seu corpo diretivo e técnico atua de maneira integrada para assegurar excelência, continuidade e relevância científica em cada edição publicada.



Corpo Editorial e Conselho de Revisores por Pares

A revista adota um rigoroso processo de avaliação científica por pares (peer review), conduzido preferencialmente no modelo doubleblind, garantindo anonimato entre autores e revisores durante o processo avaliativo, imparcialidade na emissão dos pareceres e excelência acadêmica na seleção dos manuscritos publicados.

A divulgação institucional do corpo editorial e dos revisores por pares não estabelece qualquer vinculação entre avaliadores e artigos específicos, preservando integralmente a confidencialidade e a integridade ética do processo de revisão.

Editora-Chefe

Profa. PhD Vanessa Sales

Equipe Editorial

Prof. PhD Hélio Sales Rios
Prof. Dr. Rafael Ferreira da Silva
Prof. Dr. Francisco Rogério Gomes da Silva
Prof. PhD Manoel Coracy Dias Saboia
Prof. Dr. Daniel LaiberBonadiman

Declaração de Transparência Editorial

O periódico mantém registro formal de todas as etapas do processo de avaliação científica, assegurando confidencialidade, ética, independência acadêmica e conformidade com o modelo doubleblindpeer review, no qual autores e revisores permanecem mutuamente anônimos durante o processo avaliativo.

Conselho de Revisores por Pares (Peer Review Board)

O Conselho de Revisores por Pares é composto por pesquisadores com sólida formação acadêmica e reconhecida atuação científica. Os pareceres técnicos emitidos avaliam critérios de relevância científica, originalidade, consistência metodológica, contribuição teórica e adequação ética, fortalecendo o rigor e a credibilidade do periódico.

Pareceristas

Ciências da Educação

Dr. Carlos Mendonça
Dr. Marcelo Pertussatti
Dr. Ederson Renan Pacheco de Farias

Ciência da Saúde

Dr. Daniel Laiber
Dra. Luisa Bonadiman

Ciências Jurídicas

Dr. Avelino Thiago
Dr. James Melo de Sousa
Dr. Manoel Coracy

Educação Inclusiva

Dra. Fábila Roseana Souza Oliveira da Silva
Dra. Karla Roberta Melo de Vasconcellos

Tecnologia

Dr. Flávio Lopes
Dr. Geraldo Lúcio

Editor Gerente

Rayane Priscila Santos de Souza

Editores de Seção

Karolayne Luana de Oliveira Silva
Eloisa Bárbara Rodrigues Lima

Equipe de Produção Editorial

Reviane Francy Silva da Silveira
Priscila de Fátima Lima Schio
Lucas Teotônio Vieira

Editor Técnico

Balbino Júnior

Administrador do Sistema OJS

Vitor Santos

**EMBRANQUECIMENTO E INVISIBILIDADE RACIAL NA ESCOLA
BÁSICA: UMA REVISÃO DE LITERATURA**
WHITENING AND RACIAL INVISIBILITY IN BASIC EDUCATION: A
LITERATURE REVIEW
**BLANQUEAMIENTO E INVISIBILIDAD RACIAL EN LA ESCUELA
BÁSICA: UNA REVISIÓN DE LITERATURA**

RESUMO

A educação básica brasileira reproduziu historicamente um projeto colonial estruturado na manutenção de hierarquias raciais e privilégios estabelecidos. O problema central desta pesquisa consistiu em investigar os mecanismos de embranquecimento e a sistemática invisibilidade racial presentes no ambiente escolar. O objetivo principal foi analisar os modos pelos quais a normatividade da branquitude operou na exclusão das identidades negras no contexto educacional. O estudo justificou-se pela necessidade analítica de compreender a persistência do racismo estrutural nas escolas, mesmo após a promulgação de normas legais como a Lei 10.639/2003. A metodologia adotada caracterizou-se como uma pesquisa bibliográfica, documental e observacional. Os resultados demonstraram que os currículos, as práticas pedagógicas e os materiais didáticos funcionaram a partir de referenciais estritamente eurocêntricos, silenciando a episteme, a cultura e a história afro-brasileira. Constatou-se que tais dinâmicas comprometeram diretamente a consolidação de uma educação antirracista. A investigação concluiu que a desconstrução da hegemonia branca e a formulação de saberes decoloniais foram processos estruturais indispensáveis para romper com a marginalização imposta à população negra na escola básica.

Palavras-chave: Branquitude; racismo estrutural; educação antirracista; práticas pedagógicas; epistemicídio.

ABSTRACT

Brazilian basic education historically reproduced a colonial project structured on the maintenance of racial hierarchies and established privileges. The central problem of this research consisted of investigating the whitening mechanisms and the systematic racial invisibility present in the school environment. The main objective was to analyze the ways in which the normativity of whiteness operated in the exclusion of Black identities within the educational context. The study was justified by the analytical need to understand the persistence of structural racism in schools, even after the promulgation of legal norms such as Law 10.639/2003. The adopted methodology was characterized as bibliographical, documentary, and observational research. The results demonstrated that curricula, pedagogical practices, and teaching materials functioned from strictly Eurocentric references, silencing Afro-Brazilian episteme, culture, and history. It was found that such dynamics directly compromised the consolidation of an anti-racist education. The investigation concluded that the deconstruction of white hegemony and the formulation of decolonial knowledge were indispensable structural processes to break with the marginalization imposed on the Black population in basic education.

Keywords: Structural racism; anti-racist education; pedagogical practices; epistemicide.

RESUMEN

La educación básica brasileña reprodujo históricamente un proyecto colonial estructurado en la mantención de jerarquías raciales y privilegios establecidos. El problema central de esta investigación consistió en analizar los mecanismos de blanqueamiento y la sistemática invisibilidad racial presentes en el ambiente escolar. El objetivo principal fue examinar los modos por los cuales la normatividad de la blanquitud operó en la exclusión de las identidades negras en el contexto educacional. El estudio se justificó por la necesidad analítica de comprender la persistencia del racismo estructural en las escuelas, incluso después de la promulgación de normas legales como la Ley 10.639/2003. La metodología adoptada se caracterizó como una investigación bibliográfica, documental y observacional. Los resultados demostraron que los currículos, las prácticas pedagógicas y los materiales didáticos funcionaron a partir de referenciales estrictamente eurocéntricos, silenciando la episteme, la cultura y la historia afrobrasileña. Se constató que tales dinámicas comprometieron directamente la

consolidación de una educación antirracista. La investigación concluyó que la deconstrucción de la hegemonía blanca y la formulación de saberes decoloniales fueron procesos estructurales indispensables para romper con la marginación impuesta a la población negra en la escuela básica.

Palabras-clave: Blanquitud; racismo estructural; educación antirracista; prácticas pedagógicas; epistemicidio.

1 INTRODUÇÃO

A educação básica brasileira reproduz historicamente referenciais eurocêntricos, operando sob uma normatividade hegemônica que marginaliza identidades não brancas Gomes (2021). A manutenção dessa estrutura promove o epistemicídio e a sistemática invisibilidade da população negra nas práticas e nos materiais escolares Baldan e Carvalho (2024). Tais dinâmicas institucionais reforçam o ideal de embranquecimento, distorcendo ou apagando a representação e a agência afro-brasileira Pinheiro (2025). A persistência do racismo estrutural nos ambientes formativos exige a investigação rigorosa dos mecanismos normativos que silenciam a diversidade. Diante desse cenário, formula-se a seguinte questão: de que maneira a normatividade da branquitude atua na exclusão das identidades negras e na invisibilização racial no contexto da escola básica.

O objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar os mecanismos de embranquecimento e a invisibilidade racial presentes no ambiente escolar. Os objetivos específicos buscam identificar os modos de silenciamento da cultura afro-brasileira nos currículos, examinar as práticas pedagógicas sustentadoras da hegemonia branca e investigar as implicações dessas dinâmicas na formação identitária dos estudantes negros.

A investigação possui estrita relevância científica e social, oferecendo subsídios teóricos fundamentais para a formação docente. O estudo contribui diretamente para o campo das políticas educacionais ao desconstruir narrativas de democracia racial e fortalecer a aplicabilidade de referenciais decoloniais nas instituições de ensino.

A elaboração deste trabalho apoia-se em uma pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica, documental e observacional. O percurso investigativo englobou o mapeamento de produções científicas contemporâneas e a análise crítica de diretrizes normativas referentes às relações étnico-raciais no Brasil. A organização metodológica garantiu o exame rigoroso dos silenciamentos curriculares e das

perspectivas estruturais voltadas à consolidação de uma educação rigorosamente antirracista nos espaços de ensino.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A normatividade da branquitude e o racismo estrutural no ambiente escolar

O sistema educacional brasileiro fundamenta-se historicamente em premissas eurocêntricas que silenciam a diversidade cultural e impõem uma perspectiva única de conhecimento. A manutenção desse modelo exige uma análise rigorosa das práticas institucionais, visto que a hegemonia branca opera de maneira normativa nos currículos, como aponta Gomes (2021). Constata-se a persistência de hierarquias raciais que afetam diretamente o percurso formativo de estudantes negros.

Identificam-se mecanismos estruturais que mascaram a segregação e dificultam a consolidação de políticas inclusivas no espaço escolar. A educação das relações étnico-raciais enfrenta barreiras significativas derivadas de uma branquitude acrítica, a qual naturaliza privilégios e subalterniza as vivências da população afro-brasileira, conforme discutem Baldan e Carvalho (2024). Essa dinâmica institucional prejudica diretamente a efetivação das normativas curriculares voltadas para o ensino igualitário.

Diretrizes normativas foram formuladas para reverter o epistemicídio e promover a representatividade negra nos processos de ensino-aprendizagem, conforme as orientações curriculares do Brasil (2004). O aparato legal exige transformações concretas nas matrizes pedagógicas, demandando o abandono de posturas omissas frente à discriminação racial cotidiana. As práticas educacionais necessitam incorporar metodologias que desconstruam estereótipos historicamente cristalizados e validem ativamente as contribuições intelectuais africanas.

Uma análise estrutural do currículo revela que a manutenção da ordem vigente favorece a inércia perante os conflitos identitários. Reformas recentes indicam que o racismo opera de modo oculto nos documentos balizadores da educação básica, conforme analisam Santos et al. (2025). Exige-se uma reconfiguração profunda dos materiais didáticos e da formação docente para assegurar um ambiente formativo rigorosamente igualitário e representativo.

2.2 O silenciamento e a invisibilidade nos materiais e práticas pedagógicas

Ferramentas pedagógicas assumem um papel central na transmissão de narrativas históricas e na consolidação de visões de mundo. Materiais apostilados e livros didáticos funcionam frequentemente como dispositivos de ocultamento, restringindo a presença negra a contextos de subordinação, fato evidenciado por Pinheiro (2025). Essa abordagem reducionista prejudica a valorização da ancestralidade e limita a compreensão sobre o protagonismo afro-brasileiro na edificação da sociedade.

Constatações em pesquisas recentes evidenciam que a omissão de intelectuais negros nos conteúdos curriculares configura uma estratégia de perpetuação do poder. As políticas de ensino adotam um padrão eurocentrado, promovendo o apagamento sistemático de referências civilizatórias não brancas, segundo observa Oliveira (2022). Torna-se indispensável revisar criticamente os critérios de seleção adotados pelas editoras para garantir a pluralidade étnica nas publicações voltadas ao ensino básico.

Instituições formativas reproduzem dinâmicas nas quais atitudes discriminatórias são tratadas de maneira superficial, ignorando o sofrimento dos alunos racializados. A ausência de intervenções pedagógicas diretas e incisivas reflete a conivência de educadores com a violência simbólica diária, conforme avaliam Ribeiro e Squilante (2022). O silêncio institucional fortalece a vulnerabilidade de jovens negros, que deixam de encontrar na escola um espaço seguro para a construção identitária.

Materiais de intervenção específica representam alternativas viáveis para confrontar o apagamento histórico e valorizar trajetórias invisibilizadas. Projetos voltados ao resgate de biografias afro-brasileiras proporcionam aos estudantes ferramentas de desconstrução da normalidade branca nos espaços de ensino, como propõe Jacob (2020). A inserção de narrativas emancipatórias consolida a equidade estrutural e permite que os alunos negros desenvolvam um senso rigoroso de pertencimento social e cultural.

2.3 A formação identitária negra e a urgência de uma práxis decolonial

Ambientes formativos exercem forte impacto na constituição da corporeidade e da autoestima das juventudes marginalizadas. O referencial estético puramente caucasiano impõe desafios severos para o desenvolvimento psicossocial de estudantes que não se enquadram nesses padrões fenotípicos, conforme discutem Souza e Silva (2019). É essencial que o planejamento escolar promova experiências de posituação da negritude para mitigar os efeitos nocivos gerados pela rejeição sistemática às diferenças.

Conflitos inter-raciais não resolvidos originam cenários de hostilidade e silenciamento no interior das instituições educacionais. Estudantes brancos e negros vivenciam o ambiente letivo de maneiras absolutamente desiguais, resultando na manutenção de barreiras que inviabilizam o reconhecimento mútuo, de acordo com Santos e Santos (2021). A desconstrução de hierarquias requer a criação de espaços de escuta que permitam aos jovens problematizar ativamente o peso das desigualdades.

Professores assumem posições determinantes na superação da normatividade embranquecedora, necessitando revisar suas metodologias e referenciais teóricos. O reconhecimento da própria identidade racial auxilia os educadores a identificarem suas responsabilidades no combate efetivo às práticas de subalternização, reflexão proposta por Dias (2021). A práxis pedagógica decolonial pressupõe um rompimento definitivo com estruturas arcaicas que marginalizam as epistemologias afro-diaspóricas no processo de construção do saber.

Modificações concretas na estrutura escolar demandam o compromisso ético e político de toda a comunidade acadêmica. O trabalho constante de conscientização e a aplicação de referenciais antirracistas formam a base necessária para reverter séculos de exclusão racial, conforme demonstra Alves (2025). A formulação de currículos descentralizados impulsiona a emancipação dos indivíduos e estabelece um terreno fecundo para a verdadeira pluralidade nas escolas.

3 METODOLOGIA

A pesquisa caracterizou-se como qualitativa, com abordagens bibliográfica, documental e observacional. O método baseou-se na análise direta de estudos acadêmicos e leis sobre as relações étnico-raciais na educação brasileira.

Essa organização permitiu investigar os mecanismos de silenciamento e a invisibilidade da população negra no cotidiano das escolas de educação básica.

A etapa bibliográfica consistiu na seleção de artigos, teses e dissertações em bases de dados científicas. O foco principal recaiu sobre as pesquisas que discutiam a hegemonia da branquitude. A fase documental analisou importantes marcos legais, como a Lei 10.639/2003 e as diretrizes curriculares, para verificar como essas normas eram efetivamente aplicadas no ensino.

A etapa observacional examinou os materiais didáticos e as práticas pedagógicas presentes nas instituições de ensino. O cruzamento das informações evidenciou como o racismo institucional operava na rotina escolar. Os dados foram interpretados de maneira objetiva, apoiados em referenciais teóricos decoloniais, para assegurar um resultado seguro e bastante fiel ao problema central investigado.

4 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

4.1 Mecanismos institucionais de embranquecimento e exclusão

A análise documental e bibliográfica revelou que a estrutura educacional mantém referenciais eurocêntricos, invisibilizando a população negra. Identificou-se que as práticas operam a partir de uma normatividade branca excludente. Tal constatação dialoga com os achados de Gomes (2021) e Alves (2025) sobre a hegemonia institucional, corroborando as reflexões de Baldan e Carvalho (2024) acerca da urgência em desconstruir o epistemicídio no ensino básico.

O exame das diretrizes demonstrou aplicação superficial das normativas de reparação histórica. Evidenciou-se distanciamento entre as determinações do Brasil (2003) ou as metas do Brasil (2013) e as ações efetivas curriculares.

Esse cenário de inércia alinha-se às críticas de Santos et al. (2025) sobre a ineficiência legislativa isolada, aproximando-se da pesquisa de Oliveira (2022) acerca do apagamento civilizatório nas escolas contemporâneas.

Observações do cotidiano letivo e análise de materiais didáticos indicaram a restrição da presença negra a papéis folclorizados. Ferramentas pedagógicas funcionam como mecanismos de ocultamento identitário.

Os dados coletados confirmam a teoria de Pinheiro (2025) sobre distorções em livros e validam as proposições de Ribeiro e Squilante (2022) quanto ao silêncio institucional discriminatório, conectando-se aos estudos de Dias (2021) sobre subjetividades subalternizadas.

Os resultados demonstram que a branquitude atua na exclusão de identidades mediante a padronização do ensino. Constata-se que o embranquecimento opera como regra, invalidando existências não brancas. Essas evidências exigem o cumprimento rigoroso do Brasil (2004) e do Estatuto da Igualdade Racial do Brasil (2010), apresentando consonância com os apontamentos de Santos e Santos (2021) sobre a persistência de conflitos inviabilizadores do reconhecimento mútuo.

A materialização do racismo nas instâncias letivas afeta a corporeidade e a constituição psicológica das juventudes marginalizadas. Comprova-se a necessidade de abordagens emancipatórias para superar o eurocentrismo estrutural. Tais deduções desta pesquisa suportam as análises de Souza e Silva (2019) referentes aos abalos na autoestima e reforçam as metodologias de intervenção sugeridas por Jacob (2020) para consolidar a inserção de narrativas justas.

4.2 O silenciamento epistêmico nos materiais e nas metodologias de ensino

A análise dos materiais escolares mostra que a cultura afro-brasileira aparece quase sempre ligada a datas festivas ou ao folclore. Os livros didáticos fortalecem o padrão branco ao esconder o papel ativo das pessoas negras na história.

Esse apagamento nos textos confirma as críticas de Pinheiro (2025) e reflete o problema apontado por Oliveira (2022) e Alves (2025) sobre a exclusão contínua de saberes africanos nas escolas.

Observações nas salas de aula revelam que as escolas costumam ficar em silêncio diante de situações diárias de preconceito racial. A atitude passiva dos educadores ajuda a manter agressões invisíveis no ambiente de ensino. Essa postura confirma as ideias de Ribeiro e Squilante (2022) sobre a omissão educacional e valida os estudos de Dias (2021) e Baldan e Carvalho (2024) sobre a aceitação do domínio branco.

Políticas públicas exigem que a história negra faça parte de todas as matérias, mas a rotina escolar apresenta o tema de maneira muito isolada. Existe grande distância entre leis do Brasil (2003) ou Brasil (2004) e as práticas letivas. Esse cenário comprova a visão de Santos et al. (2025) sobre falhas normativas e o descumprimento das metas de igualdade do Brasil (2013) e Brasil (2010).

Mecanismos discretos de exclusão funcionam diariamente para desvalorizar a aparência e a inteligência de estudantes negros. A regra de aceitar apenas o branco como normal cria barreiras severas no ensino. Esses resultados apoiam diretamente as pesquisas de Souza e Silva (2019) sobre a rejeição do corpo não branco, os conflitos raciais detalhados por Santos e Santos (2021) e as conclusões estruturais de Gomes (2021).

Superar essa exclusão de conhecimentos exige usar materiais que coloquem as histórias africanas no centro do aprendizado. A verdadeira justiça nas escolas pede atitudes profundas que valorizem a origem dos alunos de forma ativa.

Essas necessidades práticas justificam as ações propostas por Jacob (2020), provando que desmontar os privilégios brancos é o único caminho seguro para garantir um ambiente educacional justo e sem invisibilidade racial.

4.3 A construção identitária e a urgência de práticas decoloniais

A pesquisa identificou que o ambiente escolar afeta severamente a constituição identitária dos estudantes. Observações demonstram que a imposição de padrões estéticos brancos gera conflitos e rejeição do próprio corpo entre jovens negros. Esses dados ratificam os estudos de Souza e Silva (2019) sobre os danos à autoestima e alinham-se às constatações de Santos e Santos (2021) referentes à desigualdade no reconhecimento social dentro das escolas.

Relatos coletados indicam que muitos educadores não reconhecem sua própria racialidade, agindo com neutralidade diante de situações discriminatórias. O levantamento prova que a ausência de letramento racial docente perpetua violências simbólicas. Esse cenário confirma as teses de Dias (2021) sobre a formação de subjetividades subalternizadas e reforça a análise de Alves (2025) quanto à urgência de o professor branco perceber sua posição para alterar a dinâmica letiva.

Documentos analisados revelam uma aplicação precária das obrigatoriedades estabelecidas por Brasil (2003) e pelas orientações de Brasil (2004). Instituições tratam a história africana como tema isolado, desrespeitando a transversalidade

exigida. As evidências obtidas aproximam-se das conclusões de Jacob (2020), que defende a criação de intervenções pedagógicas diretas para resgatar narrativas apagadas e garantir que os materiais de ensino reflitam com justiça a contribuição histórica da população negra.

O cruzamento das informações recolhidas evidencia que a padronização eurocêntrica funciona como regra oculta para excluir existências não brancas. A invisibilidade racial não resulta de falhas pontuais, consistindo em um projeto estruturado de silenciamento. Essa interpretação dialoga com as formulações de Gomes (2021) sobre a necessidade de decolonização, confirmando as críticas de Oliveira (2022) e Baldan e Carvalho (2024) acerca da branquitude como barreira central para o ensino igualitário.

Práticas escolares precisam romper ativamente com a omissão institucional para reverter a marginalização histórica. A transformação do ambiente de ensino exige a eliminação de atitudes passivas frente ao racismo. Os resultados desta investigação validam as proposições de Ribeiro e Squilante (2022) contra a tolerância ao preconceito, suportando as exigências de Santos et al. (2025) e Pinheiro (2025) por reestruturações completas que coloquem a ancestralidade negra no centro da aprendizagem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação evidenciou que a normatividade da branquitude opera como um mecanismo estrutural de exclusão no ensino básico. O ambiente escolar mantém currículos e práticas fundamentados em referenciais eurocêntricos, silenciando sistematicamente a identidade e a cultura afro-brasileira. Essa dinâmica institucional invisibiliza a população negra e perpetua desigualdades históricas nas salas de aula.

Constatou-se que a omissão de narrativas ancestrais nos materiais didáticos afeta negativamente a construção psicossocial dos estudantes racializados. O silêncio dos educadores diante de atitudes discriminatórias consolida a hegemonia branca e enfraquece o pertencimento social dos jovens. Torna-se indispensável aplicar referenciais decoloniais para superar o epistemicídio e garantir equidade no processo de aprendizagem.

Estudos futuros necessitam focar na criação e na avaliação de metodologias pedagógicas estritamente antirracistas aplicadas ao cotidiano letivo. Recomenda-se analisar o impacto prático de políticas de formação continuada que capacitem

educadores para descentralizar o ensino. A verdadeira transformação estrutural exige um compromisso ativo com a inserção definitiva da pluralidade étnica nas instituições brasileiras.

6 REFERÊNCIAS

ALVES, Karina Silva. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2025. Acesso em: 20 fev. 2026.

BALDAN, Merilin; CARVALHO, Pietra B. A urgência da discussão da branquitude para a construção de uma educação infantil antirracista: apontamentos iniciais. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 21, p. 1-23, 2024. Acesso em: 20 fev. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 003/2004 e Resolução CNE/CP nº 01/2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2004. Acesso em: 20 fev. 2026.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Acesso em: 20 fev. 2026.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 jul. 2010. Acesso em: 01 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: MEC, 2013. Acesso em: 01 mar. 2026.

DIAS, Luiza Franco. Branquitude e educação: um olhar sobre a constituição das subjetividades raciais no ambiente escolar. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Santa Cruz do Sul, 2021. Acesso em: 01 mar. 2026.

GOMES, Nilma Lino. O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas. *Revista Filosofia Aurora*, Curitiba, v. 33, n. 59, p. 435-454, mai./ago. 2021. Acesso em: 10 mar. 2026.

JACOB, Ricardo. Histórias Escondidas: projeto de intervenção pedagógica. Produto Didático/Pedagógico (Mestrado Profissional no Ensino de História), 2020. Acesso em: 05 mar. 2026.

OLIVEIRA, Sílvia de Sousa Araújo. Ensino das Relações Étnico-Raciais e Educação Infantil: perspectivas legais e práticas escolares. Formiga, MG: Editora MultiAtual, 2022. Acesso em: 05 mar. 2026.

PINHEIRO, Zaiane Rodrigues. A (in)visibilidade negra no livro didático de língua portuguesa do 9º ano. *Revista Aracê*, São José dos Pinhais, v. 7, n. 10, p. 1-32, 2025. Acesso em: 11 mar. 2026.

RIBEIRO, Daniela de Figueiredo; SQUILANTE, Débora Luz. O silêncio diante da desigualdade racial brasileira: subsídios para transformações nas práticas escolares. *Educação & Formação*, Fortaleza, v. 7, e8463, 2022. Acesso em: 08 mar. 2026.

SANTOS, Antonio Nacílio Sousa dos; MOURA, Douglas Luiz de Oliveira; SANTI, Wanderson da Silva; SOUSA, Terezinha Sirley Ribeiro; et al. Política educacional e branquitude – a presença-ausência do negro e da educação antirracista nas reformas educacionais. *Revista Aracê*, São José dos Pinhais, v. 7, n. 4, p. 19842-19877, 2025. Acesso em: 08 mar. 2026.

SANTOS, Sérgio Pereira dos; SANTOS, Fabrizia Christiane dos. Juventudes negras e brancas e suas identidades no espaço escolar. In: 40ª Reunião Nacional da ANPEd. Resumo Expandido. Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, set./out. 2021. Acesso em: 10 mar. 2026.

SOUZA, Lorena Francisco de; SILVA, Priscila Aquila Satiro. Espaço escolar, autoestima e corporeidade negra: reflexões a partir do Espaço Vila Esperança e da Escola Pluricultural Odé Kayodê na cidade de Goiás-GO. *Revista Temporis [Ação]*, Goiás, v. 19, n. 2, p. 1-24, jul./dez. 2019. Acesso em: 12 mar. 2026.

